

Discurso e práticas intersemióticas: formas de resistência na contemporaneidade

Bruno Deusdará¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir possíveis contribuições de uma perspectiva discursiva para a análise de práticas intersemióticas. A fundamentação teórica adotada sustenta-se nos estudos enunciativos de Mikhail Bakhtin (2000) e Dominique Maingueneau (2005). Em seguida, analisamos um vídeo produzido por ocasião da greve das universidades federais em 2012. Nosso objetivo é observar alternativas para análise de materialidade que articula verbal e não verbal.

Palavras-chave: Análise do discurso. Prática intersemiótica. Poder. Resistência.

Considerações iniciais

No presente artigo, explicitamos alguns aspectos relativos a questões conceituais que vimos percorrendo quando assumimos que não haveria qualquer razão suficientemente forte para não considerar como “texto” materialidades como as de um filme, ou de uma pintura. Ao contrário, o investimento na análise desse tipo de material a partir da perspectiva discursiva com a qual vimos trabalhando pode fornecer subsídios que consideramos interessantes, por permitir o aprofundamento do debate crítico em torno do predomínio de uma concepção linear de comunicação.

Tal concepção remete-nos não apenas ao senso comum, mas se observa inclusive entre setores progressistas, para os quais um dos grandes desafios a ser enfrentado pelos estudos midiáticos residiria no potencial de manipulação da realidade fortemente exercida pelos grandes grupos que controlam os meios de comunicação em todo o mundo. Chega-se inclusive a justificar certo estado de passividade em amplos setores sociais, como resultado direto da manipulação midiática.

Sem dúvida, não se pode negar que grande parte dos meios de comunicação de massa está sob o controle de grupo empresariais, cuja atuação se desenvolve de acordo com seus interesses econômicos. O reconhecimento do predomínio de grandes grupos empresariais no controle dos meios de comunicação já aponta um dos pontos de tensão do referido debate: a

¹ Professor Adjunto de Linguística (Instituto de Letras) e de Língua Portuguesa (Instituto de Aplicação) da UERJ, onde atua no Programa de Pós-graduação em Letras, área de concentração em Linguística. E-mail: brunodeusdara@gmail.com.

necessidade de democratização do acesso a esses meios. No Brasil, a insuficiência dos investimentos em empresas públicas de comunicação, em seus diferentes setores, encontra-se associada à forte repressão a iniciativas coletivas de organização, como é o exemplo do tratamento indevido conferido às rádios comunitárias por parte da administração pública.

A nosso ver, o aprofundamento desse debate pode nos conduzir a uma aproximação das diferentes dimensões subjacentes a esse processo a que se convencionou denominar “manipulação midiática”, desdobrando-se para além das constatações impotentes e apontando, nessas diversas dimensões, as formas de resistência nas quais estamos todos implicados. A esse respeito, destacam-se as contribuições da análise de Milton Santos acerca dos processos da globalização neoliberalizante, cuja produção se configura não apenas no plano econômico, mas igualmente atravessa as imagens e o imaginário. Segundo o autor, trata-se de um “exercício de fabulações”, a serviço de um império do dinheiro, “fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal” (SANTOS, 2008, p. 18).

Entre outros aspectos, tal processo se constitui pelo avanço de um mercado avassalador pretensamente global, aprofundando as diferenças locais. “Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal” (SANTOS, 2008, p. 19). A tensão entre o local e o global é concebida, por Eduardo Galeano, como uma demolição das tradições locais por meio do incentivo ao consumo de produtos das multinacionais.

O autor destaca, em um artigo de opinião amplamente divulgado em páginas eletrônicas identificadas com a crítica ao imperialismo, que tal processo avançou intensamente sobre o cotidiano nas capitais de todo o mundo. Esse processo se observa inclusive em hábitos e tradições como os relativos à culinária:

Vence o lixo fantasiado de comida: essa indústria está conquistando os paladares do mundo e está demolindo as tradições da cozinha local. Os costumes do bom comer, que vêm de longe, contam, em alguns países, milhares de anos de refinamento e diversidade e constituem um patrimônio coletivo que, de algum modo, está nos fogões de todos e não apenas na mesa dos ricos. Essas tradições, esses sinais de identidade cultural, essas festas da vida, estão sendo esmagadas, de modo fulminante, pela imposição do saber químico e único: a globalização do hambúrguer, a ditadura do *fast food* (GALEANO, 2007²).

² Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/o-imperio-do-consumo/>. Acesso em 30 de dezembro de 2012.

No trecho acima, a preservação das tradições não se sustenta como um valor em si mesmo, mas como afirmação da diversidade, de um patrimônio coletivo apropriado por segmentos pertencentes a camadas socioeconômicas distintas – esse patrimônio “está nos fogões de todos e não apenas na mesa dos ricos”. Em certa medida, a luta pela preservação de valores locais tem sido uma alternativa à homogeneização que se pretende instituir pela lógica mercantil globalizante.

Uma luta incessante, já que, de um lado, se afirmam os usos do que ainda não foi apropriado como mercadoria, de outro, “a cultura do consumo, cultura do efêmero, condena tudo à descartabilidade midiática. Tudo muda no ritmo vertiginoso da moda, colocada a serviço da necessidade de vender” (GALEANO, 2007).

Ao tratar dos processos que pretendem transformar tudo em mercadoria e das formas de resistência correlatas, Milton Santos se refere ao “mundo como pode ser”, ou seja, a um reconhecimento de que o grande capital se apoia em bases técnicas capazes de gerar condições de existência potencialmente menos degradantes do que restou possível em momentos anteriores e que, por essa razão, teriam condições de promover a mudança radical nos modos de vida atuais, a partir de uma ruptura com a lógica dominante. Ao lado da capacidade de desenvolvimento permitida pelos sistemas técnicos contemporâneos, “jamais houve na história sistemas tão propícios a facilitar a vida e a proporcionar a felicidade dos homens” (SANTOS, 2008, p. 163).

Essa ambiguidade aponta um aspecto importante a ser considerado na afirmação das resistências: o desenvolvimento da técnica que possibilita a expansão em escala global da lógica mercantilizante também pode assegurar, por outro lado, condições de existência capazes de viabilizar a ruptura com as forças que o geraram. Assim, “a materialidade que o mundo da globalização está recriando permite um uso radicalmente diferente daquele que era o da base material da industrialização e do imperialismo” (SANTOS, 2008, p. 163-164).

Dessa forma, em diálogo com o que vimos apresentando acerca da lógica mercantilizante e das possibilidades de resistência, a citação a seguir, de Michel de Certeau, soa como uma provocação produtiva:

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde *outra* produção, qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante” (CERTEAU, 2003, p. 39).

Inspirando-nos na citação anterior, afirmamos a complexidade subjacente às práticas intersemióticas não como circuitos lineares, mas como a produção incessante de redes de sentido. A partir da perspectiva discursiva assumida em nossos trabalhos, não há motivos para considerar a atividade do expectador como mera recepção passiva do que se “transmite”. Trata-se, antes, de um trabalho produtivo, em que nenhum sentido está previamente garantido.

Passaremos inicialmente a uma explicitação dos contornos característicos da perspectiva discursiva adotada por nós, considerando as propostas desenvolvidas por autores como M. Bakhtin e D. Maingueneau.

Na sequência, faremos indicações de questões surgidas a partir de um vídeo produzido por ocasião da greve das universidades federais, em 2012, em que a defesa do movimento e das reivindicações se faz de maneira, no mínimo, inusitada: a partir da encenação de personagens contrários à greve.

1. Situando a perspectiva discursiva

Em *Novas tendências em Análise do Discurso*, Maingueneau se refere à Análise do Discurso (AD) como uma disciplina “não prevista do campo do saber”. Tal designação anuncia um trabalho negativo necessário na explicitação de uma perspectiva discursiva, evidenciando as concepções estabelecidas, com as quais mantém relação de oposição.

Já explicitamos em outros momentos a trajetória de rupturas que caracteriza o campo dos estudos do discurso (DEUSDARÁ; ROCHA, 2005). Rejeitando a autonomia excessiva de um texto frente à produção / circulação de linguagem em dada conjuntura, em AD, propõe-se o *primado do interdiscurso*. O referido princípio teórico reconhecerá em Bakhtin (2000) o esboço de sua formulação, já que é do teórico russo a ideia de que um enunciado é um elo em uma cadeia de outros enunciados. Parte-se, dessa forma, da crítica desse autor à ideia de que o sentido de um texto remeteria a um projeto intencional do falante: “A palavra (e em geral, o signo) é interindividual. Tudo o que é dito, expresso, situa-se fora da ‘alma’, fora do locutor, não lhe pertence com exclusividade” (BAKHTIN, 2000).

O avanço teórico proporcionado pelo primado do interdiscurso à perspectiva bakhtiniana reside em considerar que o outro de que fala o pensador russo não se restringe aos outros indivíduos. Uma radicalização do plano interindividual aponta para sua impessoalidade sócio-histórica, em que cada discurso é concebido com um certo arranjo do interdiscurso. “O

Outro não é um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso” (MAINGUENEAU, 2005, p. 39).

Ao assumir que o sentido de um texto se produz a partir da relação com um outro, a trajetória conceitual da AD será marcada por noções como as de condições de produção e formação discursiva. A elaboração de noções como as de *condições de produção* e de *formação discursiva* indica um duplo trabalho conceitual do analista do discurso: de um lado, busca-se superar a insuficiência de uma abordagem estritamente conteudista dos textos; de outro, procura-se afirmar a indissolubilidade dos vínculos entre os textos e seu entorno.

No que tange à busca por superar a insuficiência de uma abordagem estritamente conteudista, uma perspectiva enunciativa dos estudos do discurso recusa o modelo segundo o qual, para se atingir os significados, seria preciso acessar o que se esconde sob a superfície textual. Como alternativa, Maingueneau (2005) propõe uma multiplicidade de “planos” a partir dos quais os sentidos vão se configurando.

Ao lado de planos como os da *intertextualidade*, do *vocabulário*, dos *temas*, deve-se considerar também um *estatuto do enunciador e do destinatário* e a instauração de uma *dêixis enunciativa*. Tais planos colocariam em evidência a indissolubilidade dos vínculos entre texto e instituição. De um lado, tem-se a afirmação de uma inscrição social do enunciador e de seu destinatário como configurando posições institucionais legítimas a partir das quais se torna possível enunciar; de outro, indica-se a explicitação de coordenadas espaço-temporais que um texto mobiliza em sua emergência.

É preciso, no entanto, destacar que as condições explicitadas anteriormente não são pré-condições. Na contramão de abordagens informacionais, rejeita-se a independência das instituições frente aos textos que elas produziram. Esse movimento simultâneo entre os textos e as condições institucionais nas quais são gerados constitui o que Maingueneau (2002) chamou de *enlaçamentos paradoxais*.

Com efeito, falar dos textos é sempre falar também (e simultaneamente) de uma comunidade de sustentação desses textos, sem que haja, entre um e outro, relação de precedência. Esse movimento de simultaneidade reconhece que, ao enunciar, é como se o enunciador passasse em revista as condições de legitimidade de sua tomada da palavra, ao mesmo tempo em que não se deixa de compreender uma fragilidade inerente a tal ato. Essa “ameaça” constante à legitimidade da tomada da palavra nos conduz a indicar que ele não só passa em revista, como o próprio fato de permanecer enunciando é evidência de uma

legitimidade que se vai reivindicando no curso mesmo da enunciação. A noção de *prática discursiva* é elaborada como síntese desse movimento de interlegitimação entre texto e comunidade de sustentação que “existem unicamente por e na enunciação, na gestão desses textos” (MAINGUENEAU, 1997, p. 56).

Interessa-nos ainda destacar a hipótese sustentada por Maingueneau, de que não haveria razão para não reconhecer que as práticas discursivas atravessam diferentes suportes intersemióticos. Segundo ele, “o pertencimento a uma mesma prática discursiva de objetos de domínio intersemióticos diferentes exprimem-se em termos de conformidade a um mesmo sistema de restrições semânticas” (MAINGUENEAU, 2005, p. 146). Tal hipótese é fundamental para o tipo de trabalho de análise que propomos realizar, já que nos dispomos a investigar textos em diferentes suportes intersemióticos – leis, campanhas publicitárias e filmes. “O pintor, o arquiteto..., dado que participam da mesma prática discursiva, dispõem da mesma rede de regras que os enunciadores para tratar os materiais significantes” (MAINGUENEAU, 2005, p. 148).

Os discursos, em suportes intersemióticos diversos, a partir das restrições que caracterizam sua emergência vão compondo fronteiras, delimitações sempre provisórias. Percorrer as marcas a partir das quais tais fronteiras vão se estabelecendo circunscreve parte do trabalho do analista do discurso. Movimentos de recusa e / ou de afirmação de outras vozes constituem o possível e o interdito em dada determinada formação discursiva (FD). A FD compõe um território de dizer que não se funda como correlato de um ponto de vista exterior à linguagem. “A formação discursiva, ao delimitar a zona do dizível legítimo, atribuiria por isso mesmo ao Outro a zona do interdito, isto é, do dizível errado” (MAINGUENEAU, 2005, p. 39).

O texto será materialidade em que os diferentes posicionamentos se circunscrevem. A tarefa do analista é recuperá-los. Como parte do esforço que vimos realizando na análise de práticas intersemióticas, pode-se enumerar como alguns dos elementos a serem observados na análise de filmes: o plano, a iluminação, a trilha sonora, juntamente com os diálogos travados.

O desafio ao analista do discurso é o de percorrer tais produções discursivas com o intuito de observar as redes de sentido que as compõem. Afinal, o reconhecimento do primado do interdiscurso propõe “incitar a construir um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro” (MAINGUENEAU, 2005, p. 38).

2. Instituições de formação e resistência na contemporaneidade: o caso da greve das federais

Ao longo do ano de 2012, diversas categorias de trabalhadores organizaram pautas de reivindicação por melhores condições de trabalho e salário, que redundaram em movimentos paredistas, como resposta à ausência ou à lentidão de negociações com representantes dos governos, nos diferentes níveis. Entre as categorias mobilizadas, destacou-se a ação dos docentes das universidades, tanto das instituições federais, quanto em universidades estaduais, como ocorreu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O destaque mencionado refere-se não só à significativa adesão dos docentes, com a realização de assembleias representativas em todo o país, como também pelo tipo de reivindicação que se apresentava em pauta: estrutura de carreira.

A respeito das reivindicações relativas à carreira, Marcelo Badaró Mattos as sintetiza da seguinte forma:

Sobre a carreira, a questão é simples: após 25 anos de aprovação do Plano Único que passou a reger a carreira docente, em 1987, sucessivas políticas salariais para a Universidade depreciaram e desestruturaram a carreira. O que se reivindica é, basicamente, uma única linha de vencimento nos contracheques (com a incorporação das gratificações e o entendimento do percentual de titulação como parte do vencimento), com 13 níveis, *steps* (percentuais entre os níveis) de 5%, acesso interno à carreira ao nível de Professor Titular, com paridade entre ativos e aposentados e isonomia entre professores (as) da carreira do magistério superior e da carreira de ensino básico, técnico e tecnológico (MATTOS, 2012³).

As reivindicações em torno da estruturação linear da carreira docente encontram, na atualidade, um impedimento: a preponderância dos dispositivos de avaliação, sustentada através de metas, índices, recompensas salariais. Tal orientação não é novidade nas instituições de formação, constituídas pelo exame, que “combina as técnicas da hierarquia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (FOUCAULT, 1996, p. 154).

Com o exame, produz-se distinção, em lógica individualista e competitiva, como “mérito”. “As políticas que vêm sendo traçadas trazem a produtividade, a competência, a autonomia, a competitividade como palavras de ordem no mercado de saberes, gerando

³ Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/index.php/movimento-docente/254-universidades-federais/greve/1429-algo-de-novo-no-reino-das-universidades-federais>> Acesso em: 20/12/2012.

isolamento, fragmentação e tédio no cotidiano das práticas acadêmicas” (ROCHA, M. L.; ROCHA, D., 2004, p. 14).

Segundo Zarifian, esse modelo de avaliação individualiza o “desempenho”, conduzindo “ao isolamento de cada um, à destruição dos laços sociais, à quebra da solidariedade (mesmo que não seja seu objetivo)” (ZARIFIAN, 2003, p. 128).

O imperativo da produtividade associa-se ao do imediatismo: não há tempo para discutir, é preciso seguir cumprindo! Como efeito, torna-se hegemônica a ilusão de que o desempenho é resultado do esforço de cada um. Estabelecer relação direta entre os resultados do trabalho atribuído a cada um, ou seja, avaliar um indivíduo tomando como parâmetro seu suposto desempenho econômico “é transformá-lo em um puro instrumento, um puro meio, denegar respeito à sua individualidade, submetê-lo a uma pressão e um estresse permanentes” (ZARIFIAN, 2003, p. 131).

Tornando-se o cumprimento das metas palavra de ordem da qual parece não ser possível escapar, passa-se a acreditar que o capitalismo, em suas novas configurações, “(...) dá às pessoas nas categorias inferiores dessas organizações mais controle sobre suas atividades” (SENNETT, 2005, p. 63). Essa ilusão de maior liberdade intensifica as malhas do poder entre os trabalhadores. “O controle pode ser estabelecido instituindo-se metas de produção ou lucro para uma ampla variedade de grupos na organização, que cada unidade tem a liberdade de cumprir da maneira que julgar adequada” (SENNETT, 2005, p. 65).

Retomando os aspectos que particularizam as reivindicações, destacamos a seguir alguns fragmentos de três textos que tiveram ampla circulação do interior das universidades. Tais textos foram distribuídos em reuniões, encontros, debates, pelas análises que fazem da situação e as alternativas que apresentam.

Nesses textos, partem de seu trabalho argumentativo se constitui, retomando e apresentado o ponto de vista que se rejeita, qual seja o que se mostra contrário à greve como ferramenta para as conquistas em pauta. Destacamos a seguir alguns trechos em que a presença de outro posicionamento se inscreve nesses textos, como parte preliminar da discussão que desenvolveremos a seguir, com os vídeos.

A opção por esse encaminhamento encontra respaldo nas reflexões de Maingueneau, para quem a unidade de um discurso se define não por uma autonomia prévia, mas por relações regradas que ele define com seu outro, em função do qual não cessa de definir suas próprias fronteiras: “a formação discursiva não define somente um universo de sentido

próprio, *ela define igualmente seu modo de coexistência com os outros discursos*” (MAINGUENEAU, 2005, p. 110.) (Grifos do autor).

Observe-se a seguir o primeiro fragmento, extraído do artigo intitulado “É a educação, ministro!”, de autoria do professor Muniz Sodré, em circulação na página eletrônica da revista Carta Capital:

Primeiro, argumenta-se que, para determinadas atividades, como a educação, não ‘existe’ greve porque a interrupção do trabalho não prejudicaria realmente o empregador. Segundo, no caso do operariado, a greve prejudica a produção, sim, mas seria um instrumento típico do regime fordista de trabalho, logo, anacrônico (SODRÉ, 2012).⁴

Um posicionamento contrário ao sustentado ao longo do texto inscreve-se na materialidade linguística pelo emprego do pronome “se” em “argumenta-se”, indicando haver quem defenda tal ponto de vista. Outra marca da presença de um posicionamento oposto ao do autor é a flexão do verbo no futuro do pretérito em “prejudicaria” e em “seria”, conferindo ao trecho um valor hipotético.

Em outro trecho, o valor atribuído ao posicionamento é marcado pelo item lexical “falácia”, que o desqualifica, conforme se observa abaixo:

A falácia desse tipo de argumentação está em supor a universalidade de categorias hipermodernas, como o “capital humano” (a criação de valor não pela força de trabalho externa ao trabalhador, e sim pelo seu saber vivo, dito “imaterial”), fruto do capitalismo cognitivo, supostamente emergente e virtuoso em todos os rincões do planeta (SODRÉ, 2012⁵).

Um trabalho semelhante se observa no texto de Marcelo Badaró Mattos. No trecho que segue, a designação “combatentes antigreve no interior das Universidades” anuncia a presença de um ponto de vista oposto e confere certo tom a sua manifestação, àqueles que assumem o debate de ideias como um verdadeiro combate:

Tão logo a greve foi anunciada, surgiram de imediato combatentes antigreve no interior das Universidades. Seus argumentos não são novos para quem já viveu outros processos grevistas. Vale rebatê-los apenas para lembrar aspectos do

⁴ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/carta-na-escola/e-a-educacao-ministro-2/>. Acesso em: 30/12/2012.

⁵ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/carta-na-escola/e-a-educacao-ministro-2/>. Acesso em: 30/12/2012.

passado recente das lutas em defesa da Universidade Pública que podem escapar àqueles (as) que a elas se integraram nos últimos anos (MATTOS, 2012⁶).

De modo mais apagado, o mesmo confronto atravessa o texto de Roberto Leher, conforme se verá no fragmento que segue abaixo. Nele, o ponto de vista adversário, atribuído ao governo, é apresentado por hipóteses. No fragmento que segue destacado, o adversário cujo ponto de vista se retoma é o governo. Uma suposta justificativa para o corte orçamentário do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT) é rejeitada pela negação. Na sequência, os dados orçamentários são confrontados com outros, relativos às isenções fiscais. Com um recurso aos implícitos, pode-se recuperar uma incoerência entre as justificativas dadas e os demais dados observados:

O corte de R\$ 55 bilhões em 2012 (mais de 22% das verbas do MCT) não é, obviamente, para melhorar o Estado social, mas, antes, para seguir beneficiando os portadores de títulos da dívida pública que receberam, somente em 2012, R\$ 369,8 bilhões (até 11/05), correspondente a 56% do gasto federal. Ademais, em virtude da pressão de diversos setores que compõem o bloco de poder, o governo Federal está ampliando as isenções fiscais, como recentemente para as corporações da indústria automobilística, renúncias fiscais que comprovadamente são a pior e mais opaca forma de gasto público e que ultrapassam R\$ R\$ 145 bilhões/ano (LEHER, 2012⁷).

A partir do levantamento acima, observamos pistas que nos permitem recuperar indiretamente certos contornos atribuídos ao posicionamento que se poderia designar genericamente como contrário à greve. Esse delineamento, tal como se procurou mostrar no comentário que antecede o fragmento acima, parece parte de um trabalho necessário não só como parte da argumentação que se propõe a explicar as razões do movimento grevista, mas também a encenação de um debate que se supõe ocorrer tanto na esfera midiática, quanto no cotidiano das universidades.

Ao lado da divulgação dos textos acima apresentados, outra estratégia chamou particularmente a atenção. Trata-se de uma série de oito vídeos, com aproximadamente um minuto de duração, intitulada “#sou contra a greve pq”. Desses oito vídeos, quatro deles apresentam questões relativas a cursos específicos: Dança, Direito, CAp, Biomedicina e

⁶ Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/index.php/movimento-docente/254-universidades-federais/greve/1429-algo-de-novo-no-reino-das-universidades-federais>> Acesso em: 20/12/2012.

⁷ Disponível em: <http://www.adusp.org.br/index.php/movimento-docente/254-universidades-federais/greve/1420-o-governo-dilma-a-greve-nacional-dos-docentes-e-a-universidade-de-servicos>. Acesso em: 30/12/2012.

Biologia. Esses vídeos circularam nas redes sociais e encontram-se disponíveis em www.youtube.com.br.

Escolhemos o primeiro deles, para o trabalho de reflexão inicial proposto aqui. Procedemos a seguir a algumas observações acerca de questões que o vídeo dispara, como parte do trabalho exigido do coenunciador em sua compreensão. Segundo Bakhtin (2000), a atividade interpretativa não pode ser pensada nos marcos de uma suposta decodificação. A língua não oferece sinais que pudessem ser meramente decodificação, remetendo cada um deles a um significado único. A compreensão é responsiva e ativa, porque “toda compreensão é preche de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se locutor” (BAKHTIN, 2000, p. 290). Cabe-nos dar acesso às diversas pistas passíveis de recuperação na materialidade que, no caso em questão, remete a diferentes domínios semióticos.

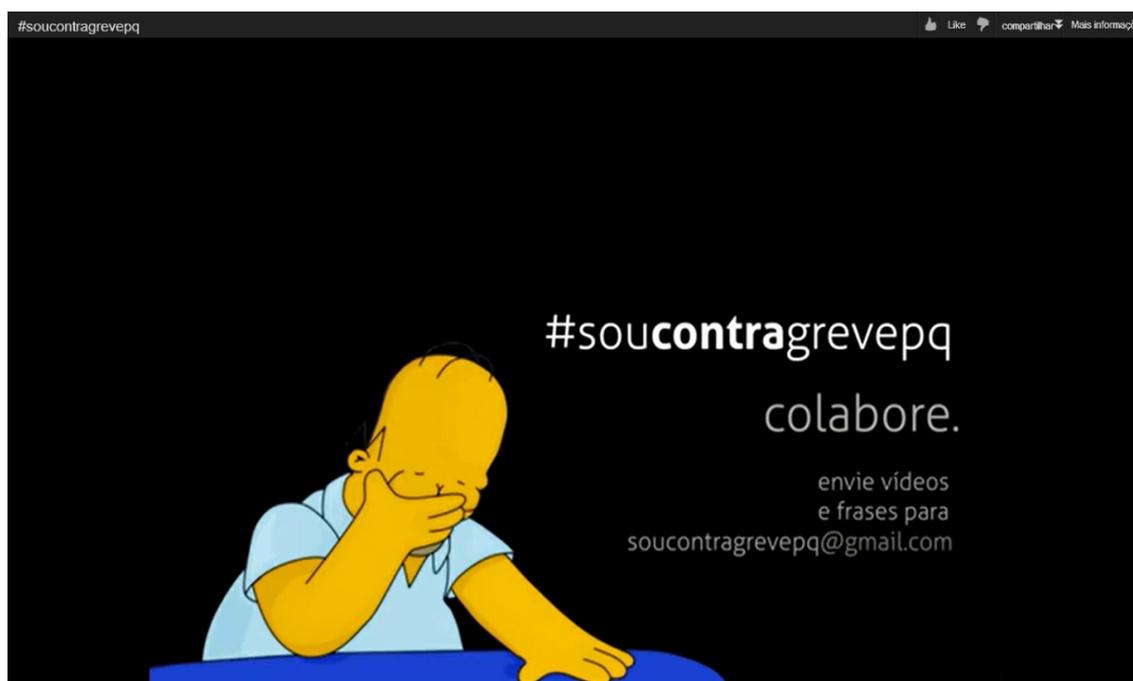
Como uma breve descrição, diríamos que o vídeo dispõe de um total de um minuto e cinco segundos, em que se alternam cinco personagens, um deles se identifica como professor e os demais se supõe que sejam alunos. As falas de cada um desses personagens variam em extensão, entre cinco e dez segundos. Em todas essas falas, repete-se o mesmo início: “sou contra a greve porque”, sugerindo convergência de opiniões entre os enunciadores apresentados: todos concordam em divergir do movimento grevista.

Cabe ainda destacar que há um quadro de abertura, anterior às falas, em que o personagem Homer Simpson, de um desenho animado norteamericano (*Os Simpsons*⁸), é apresentado com feições que se poderiam considerar assustadas, sublinhando-se seus olhos arregalados e a boca aberta. O personagem aparece trajando apenas uma peça de roupa íntima masculina, em uma tomada que sugere ter sido visto a partir dos seus joelhos. Seu corpo é exibido em dimensões que ultrapassam os limites da tela. Em seu abdômen, na altura do umbigo, lê-se o enunciado “#soucontragrevepq”, que, como já sabemos, além do título dos vídeos, será intensamente repetido por cada um dos personagens que aparecerem na sequência.

⁸ De acordo com informações disponíveis na *Wikipedia*, trata-se de desenho animado norteamericano, criado por Matt Groening para a Fox Broadcasting Company, em 1989.



O mesmo personagem será exibido no quadro de encerramento do vídeo, alterando-se sua posição de destaque, cujas formas corporais excediam os limites fixados pela tela. No quadro de fechamento, o personagem ocupa apenas o quadrante inferior esquerdo. Ele se encontra sentado atrás de uma mesa, apoiando os cotovelos sobre ela e seu rosto escondido atrás das mãos. Essa posição parece sugerir tristeza ou vergonha. Acima do personagem, em um fundo preto, o enunciado “só que não” movimenta-se da esquerda para a direita.



Um primeiro elemento a ser observado reside em considerar que todo texto, para que seja compreendido como tal, isto é, para que se possa construir um posicionamento a partir dele, pressupõe um acabamento que o sustenta. “Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui um acabamento específico que expressa a *posição do locutor*, sendo possível responder, sendo possível tomar, com relação a essa réplica, uma *posição responsiva*” (BAKHTIN, 2000, p. 294).

Problemática semelhante é aquela revelada por Foucault, ao tratar da função autor:

[...] A função autor está ligada aos sistemas jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real [...] (2006, p. 208-281).

Ao destacar a função autor do plano estritamente individual, uma pista interessante para considerar que todas as falas apresentadas no vídeo, antes de serem tomadas individualmente, devem remeter à construção de um posicionamento em relação à qual o coenunciador é convocado a se manifestar favorável ou contrariamente. Desse modo, as falas das personagens comparecem como relatos, citações que se julgaram relevantes de serem exibidas.

A materialidade do vídeo vai se compondo, portanto, de certa intertextualidade imagética, ao recuperar Homer Simpson, e de testemunhos autorizados, convocando à tomada da palavra membros da comunidade universitária. Se, em um panfleto, por exemplo, a escolha vocabular é pista a ser percorrida, consideramos que um correspondente para essa entrada no vídeo é a presença do personagem Homer Simpson.

Eis a caracterização do referido personagem que se encontra no Wikipedia:

É uma sátira do típico pai-de-família americano. No seu trabalho como inspetor comete inúmeros erros, além de cair frequentemente no sono, o que deixa a cidade em perigo. Com sua família acontece a mesma coisa já que ele em geral é um péssimo pai e marido. Com 39 anos, o seu estado físico é deplorável, sendo muito gordo e preguiçoso, sua inteligência quase nula e está sempre envolvido nalgum problema criado pela sua irresponsabilidade ou atitude infantil e imatura (*Wikipedia*, 2012⁹).

⁹ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Homer_Simpson. Acesso em: 30/12/2012.

Da caracterização acima, sobressaem traços que remetem ao descompromisso, tanto consigo mesmo, considerando a aparência descuidada que o personagem manifesta no desenho animado, quanto com os demais, destacando-se sua atuação profissional irresponsável e sua desatenção com os cuidados básicos familiares. Outro traço igualmente presente na caracterização anterior se refere à imaturidade, expressando-se em infantilização de sua atuação frente a impasses que atravessam seu cotidiano.

Trata-se, portanto, de personagem que a sátira a condensa em um perfil burguês, de classe média norteamericano, que se considera refém da cultura de massa e dos apelos do consumo, com potencial crítico bastante reduzido.

De certo modo, a presença desse personagem no quadro de abertura do vídeo sugere alguns traços que serão reforçados ao longo das falas subsequentes. Apenas a título de ilustração, transcrevemos a seguir duas das falas apresentadas no vídeo em questão:

(F1) “Eu sou contra a greve, porque não tem mais ninguém para jogar pingue-pongue comigo”.

(F2) “Eu sou contra a greve, porque papai não quer, mamãe diz que é errado e a tevê acha feio”.

Na cena relativa a F1, apresenta-se em plano aberto o rapaz que toma a palavra e se encontra atrás de uma mesa de pingue-pongue, segurando, em uma das mãos, uma raquete e, na outra, a bola. Ao final de sua fala, ele lança a bola com a raquete e se ouve a batida dela por mais de uma vez no chão, sem que retorne para o centro da tela. Assim sendo, aquilo que o rapaz diz é igualmente posto em cena.

Na cena relativa a F2, a estudante que toma a palavra é exibida em *close*. Um dos aspectos que se ressalta em sua caracterização remetem a traços juvenis. Sua fala manifesta uma intervenção pouco esperada de uma jovem universitária, afinal são citados como autoridades seus pais e a tevê. A escolha vocabular (“papai”, “mamãe”, “feio”) e as feições do rosto da personagem ao se pronunciar integram-se, reforçando, no modo como diz, o conteúdo de sua fala.

Dessa forma, os discursos contrários à greve explicitados no vídeo constroem um posicionamento a partir de falas e da presença de personagens da cena midiática dirigida a crianças que reforçam traços como “ingenuidade”, “autocentramento”, “imaturidade”. As vozes trazidas para o debate manifestam-se segundo suas vivências estritamente pessoais, seja no cotidiano da faculdade, seja no universo familiar, fazendo emergir uma certa infantilização

do debate e apagamento dos conflitos em jogo, das pautas de reivindicação, dos dados orçamentários, dos direitos previstos.

Para chegar a essa leitura, não se pode deixar de ressaltar a insuficiência da primazia do dito, que caracterizou uma concepção conteudista da linguagem. A dimensão verbal aponta, a todo o momento, para um posicionamento contrário àquele que se pretende fortalecer com a realização e divulgação do dito.

Outro aspecto que merece consideração reside na associação entre o verbal e o não verbal. No vídeo, as imagens permitem desfazer parte do “engano”, seja por pistas oferecidas pelas feições das personagens no momento em que falam, seja pela intervenção breve de trilha sonora instrumental. Diversos elementos participam da produção de sentido proposta pelo vídeo.

Considerações finais

Com este artigo, pretendemos iniciar um trabalho de explicitação das pistas verbais e não verbais à disposição do analista do discurso, ao se considerarem as práticas de linguagem como dimensão que vem não apenas contar o que se produz em outro plano – supostamente, o dos acontecimentos –, mas sim atualizar as circunstâncias que favorecem sua emergência.

Ao lado da dimensão técnica – para a qual diversos elementos como sonoplastia e fotografia são convocados no processo de constituição dessa “imagem da realidade” –, o filme mobiliza também uma dimensão imagética e estética, que faz dessa impressão de realidade uma potência criativa. Ou seja, em um filme não temos apenas um reflexo da realidade, mas a convocação de um conjunto de elementos que acabam por transformar a realidade apreendida, efetuando as imagens instituídas e contribuindo na invenção de novos universos de referência, na constituição de outros modos de ser, pensar, agir e sentir para o sujeito.

Pensar os diferentes modos a partir dos quais pistas de ordem verbal e não verbal se articulam, seja reforçando mutuamente os sentidos produzidos, seja apontando derivas e oposições, permanecem sendo o desafio que encontrou neste trabalho um primeiro exercício de problematização.

Referências bibliográficas:

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. *Alea: Estudos Neolatinos (Impresso)*, v. 7, p. 305-322, 2005.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. O que é um autor? *In: Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 280-286.

GALEANO, E. *O império do consumo*. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/o-imperio-do-consumo/>. Acessado em 30 de dezembro de 2012.

LEHER, Roberto. *O governo Dilma, a greve nacional dos docentes e a universidade de serviços*. Disponível em: < <http://www.adusp.org.br/index.php/movimento-docente/254-universidades-federais/greve/1420-o-governo-dilma-a-greve-nacional-dos-docentes-e-a-universidade-de-servicos> >. Acessado em 20 de dezembro de 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes; Ed. Unicamp, 1997.

MATTOS, Marcelo Badaró. Algo de novo no reino das Universidades Federais? <<http://www.adusp.org.br/index.php/movimento-docente/254-universidades-federais/greve/1429-algo-de-novo-no-reino-das-universidades-federais>>. Acessado em 20 de dezembro de 2012.

ROCHA, M. L.; ROCHA, D. Produção de conhecimento, práticas mercantilistas e novos modos de subjetivação. *Psicologia e Sociedade* (Impresso), São Paulo, v. 16, n.1, p. 13-36, 2004.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SODRÉ, Muniz. É a educação, ministro! Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/carta-na-escola/e-a-educacao-ministro-2/>. Acessado em: 30 de dezembro de 2012.

ZARIFFIAN, P. *O modelo da competência: trajetória histórica, desafios atuais e propostas*. São Paulo: Senac-SP, 2003.

Páginas eletrônicas consultadas:

Wikipedia: http://pt.wikipedia.org/wiki/Homer_Simpson.

Vídeo “#soucontragrevepq”: <https://www.youtube.com/watch?v=vDPljhHqFYA>.

Discourse and intersemiotic practices: ways of resistance in contemporary times

Abstract: This article aims at discussing possible contributions from a discursive perspective to the analysis of intersemiotic practices. The theoretical perspective taken builds on the enonciative studies of Mikhail Bakhtin (2000) and Dominique Maingueneau (2005). To achieve our goal we shall analyze a video produced during the strike of federal universities in 2012. In this analysis, the relationship between verbal and nonverbal is emphasized.

Keywords: Discourse analysis. Intersemiotic practice. Power. Resistance.

Recebido em: 20 de dezembro de 2012.

Aprovado em: 03 de janeiro de 2013.